



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2024

PREÂMBULO

INTERESSADO:	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO:	0941/2024
MODALIDADE DA LICITAÇÃO	PREGÃO ELETRÔNICO
TIPO DA LICITAÇÃO	MENOR PREÇO ITEM
MODO DE DISPUTA	ABERTO
OBJETO	Contratação de Empresa Especializada para Aquisição de Uniformes Escolares, Materiais de Expediente e Pedagógicos, conforme Termo de Referência anexo, em virtude ao Convênio 155/2023 celebrando entre a Secretaria de Estado da Educação e o município de Santa Rita do Araguaia, referente a Emenda Parlamentar Impositiva sob o nº 1623, processo nº 202300006005170.
PREÇO TOTAL MÉDIO	R\$: 184.397,99
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	A partir da Publicação do Edital
ENCERRAMENTO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	Às 09:00 h do dia 03/07/2024
ABERTURA DAS PROPOSTAS	Das 09:01 às 09:05 do dia 03/07/2024
SESSÃO DE LANCES	Início às 09:10 h do dia 03/07/2024
LOCAL	https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp “ACESSO IDENTIFICADO”. Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília DF. Publicidade do edital: https://acessoainformacao.santaritadoaraguaia.go.gov.br/cidadao/informacao/licitacoes_mg
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	Lei nº. 14.133/2021 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº. 123/2006, Decreto Municipal 065/2024, IN 009/2023 TCM/GO



**EXTRATO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº: 0941/2024**

MODALIDADE: Pregão Eletrônico

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada para Aquisição de Uniformes Escolares, Materiais de Expediente e Pedagógicos, conforme Termo de Referência anexo (Anexo I), em virtude ao Convênio 155/2023 celebrando entre a Secretaria de Estado da Educação e o município de Santa Rita do Araguaia, referente a Emenda Parlamentar Impositiva sob o nº 1623, processo nº 202300006005170.

DATA DA REALIZAÇÃO: 03/07/2024 às 09h00min – Horário de Brasília

PUBLICIDADE DO EDITAL:

https://acessoainformacao.santaritadearaguaia.go.gov.br/cidadao/informacao/licitacoes_mg

O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO ARAGUAIA, ESTADO DE GOIÁS, através do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA RITA DO ARAGUAIA - GO, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ sob o n.º 45.230.907/0001-85, com sede na Avenida Santa Rita nº 1500, Vila Nova, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, **WALMA VIEIRA MAIA DE OLIVEIRA**, por intermédio da Pregoeiro e da Equipe de Apoio, instituídos pelo Decreto nº 066/2024, tornam público o edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024, processo administrativo nº 0941/2024 do tipo MENOR PREÇO, licitação que será regida pela Lei nº. 14.133/2021 e suas alterações posteriores, Lei Complementar nº. 123/2006 e demais legislações correlatas, aplicando-se, subsidiariamente, no que couber, o Decreto Municipal nº 065/2024 e demais exigências deste Edital.

Na data, horário e endereço eletrônico abaixo indicado far-se-á a abertura da Sessão Pública do PREGÃO ELETRÔNICO, por meio de Sistema Eletrônico Comprasnet, acessado por meio do site <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>

- I- Início de acolhimento de propostas: 19/06/2024 às 09h00min – Horário de Brasília;**
- II – Limite de acolhimento de propostas: 03/07/2024 às 08h59min – Horário de Brasília;**
- III – Abertura das propostas: 03/07/2024 às 09h00min – Horário de Brasília;**
- IV – Limite para acolhimento de solicitações de impugnação ao edital: 27/06/2024 às 17:30 hs;**
- V – Data e hora do Pregão (Disputa): 03/07/2024 a partir das 09h00min – Horário de Brasília;**

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local (endereço eletrônico) estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

Santa Rita do Araguaia, Estado de Goiás, aos 18 dias do mês junho do ano de 2024.

Walma Vieira Maia de Oliveira
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 010/2021.



EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº: 0941/2024

O **MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO ARAGUAIA, ESTADO DE GOIÁS**, através do **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA RITA DO ARAGUAIA - GO**, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ sob o n.º 45.230.907/0001-85**, com sede na Avenida Santa Rita nº 1500, Vila Nova, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, **WALMA VIEIRA MAIA DE OLIVEIRA**, por intermédio do Pregoeiro e da Equipe de Apoio, instituídos pelo Decreto nº 066/2024, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item, nos termos da lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, lei complementar nº 123/06, Decreto Municipal 065/2024 e alterações e as condições e exigências estabelecidas neste edital.

Os trabalhos serão conduzidos por servidor designado através do Decreto Municipal 066/2024, denominado Pregoeiro, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>

O servidor terá, dentre outras, as seguintes atribuições: coordenar o processo licitatório, receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao edital, apoiado pela sua equipe responsável pela equipe de elaboração; conduzir a sessão pública na internet; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do certame; conduzir os trabalhos da equipe de apoio; e encaminhar o processo devidamente instruído a autoridade responsável pela adjudicação e propor a homologação.

ÓRGÃO INTERESSADO: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DATA E HORA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS: 19/06/2024

DATA E HORA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO: 27/06/2024 ÀS 23:59

DATA E HORA FINAL DAS PROPOSTAS: Às 08:59 h do dia 03/07/2024

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: Início às 9:00 h do dia 03/07/2024

LOCAL DE REALIZAÇÃO: <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp> “Acesso Identificado”.

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

MODO DE DISPUTA: ABERTO

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **contratação de Empresa Especializada para Aquisição de Uniformes Escolares, Materiais de Expediente e Pedagógicos, conforme Termo de Referência anexo (Anexo I)**, em virtude ao Convênio 155/2023 celebrando entre a Secretaria de Estado da Educação e o município de Santa Rita do Araguaia, referente a Emenda Parlamentar Impositiva sob o nº 1623, processo nº 202300006005170 conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.



1.2. A licitação será **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.

1.3. Acompanham este Edital os seguintes Anexos:

Anexo I: Termo de Referência

Anexo II: Modelo de Proposta de Preços

Anexo III: Modelo de Declarações Unificadas

Anexo IV: Modelo de Declaração para ME/EPP.

Anexo V: Minuta do Contrato

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Araguaia – Goiás através do FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO seguinte dotação orçamentaria para o ano de 2024 na classificação abaixo:

AÇÃO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FICHA
MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	03.06.12.365.1214.2.018.3.3.90.39	521
MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	03.06.12.365.1214.2.018.3.3.90.30	519

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Realizem o credenciamento de nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória PREGÃO em sua forma ELETRÔNICA.

3.2. Fizerem o cadastro no SICAF através do Portal de Compras do Governo Federal, no sítio eletrônico: <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Pública Brasileira – ICP – Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico: <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf> e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou a alteração dos



registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico: <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006.

4.3. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DESTA LICITAÇÃO OS INTERESSADOS

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. Que não atendam às condições deste Edital e seu (s) anexo(s);

4.3.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.4. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.4.2. Que conhece todas as regras do edital, bem como todos os requisitos de habilitação, e que a proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório;

4.4.3. Que nos valores propostos estão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários,



trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

4.4.4. Que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.4.5. Que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.

4.4.6. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.7. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.8. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e

4.4.9. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. O envio da proposta e dos documentos de habilitação exigido neste Edital ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.3. Os documentos de habilitação exigidos no edital serão encaminhados apenas pelo licitante vencedor, nos termos do art. 63, inciso II da Lei n.º 14.133/2021.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do



Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta inserida no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances e o envio dos documentos respectivamente.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

6.1. O LICITANTE DEVERÁ ENVIAR SUA PROPOSTA MEDIANTE O PREENCHIMENTO, NO SISTEMA ELETRÔNICO, DOS SEGUINTE CAMPOS:

6.1.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

6.1.2. Marca de cada item ofertado;

6.1.3. Fabricante de cada item ofertado;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (SESSENTA) dias, a contar da data de sua apresentação.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na



data, horário e local indicado neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

7.2.1.1. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

7.2.2. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste edital.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 0,10 (dez) centavos no tempo mínimo de 1 (um) segundo.



7.9. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

7.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “ELETRONICA”.

MODOS DE DISPUTA: ABERTO

1 - MODO DE DISPUTA ELETRONICA

I. No modo de disputa aberto a etapa de envio de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

a. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

b. Na hipótese de não haver novos lances a sessão pública será encerrada automaticamente.

c. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, O Pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto.

d. A desistência em apresentar lance implicará exclusão do licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas de preços.

7.15. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo Pregoeiro.

7.16. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.17. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.18. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.19. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no COMPRASGOV, <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



7.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

7.22. Havendo proposta ou lances, conforme o caso, de microempresas ou empresa de pequeno porte sediada local ou regionalmente, com intervalo de até 10% (dez por cento) superiores à licitante melhor classificada no certame, serão essas consideradas empatadas, com direito de preferência pela ordem de classificação, nos termos § 3º, do Art. 48, da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, para oferecer proposta.

7.22.1. O exercício do direito de preferência somente será aplicado quando a melhor oferta da fase de lances não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte sediadas local ou regionalmente.

7.23. Não havendo microempresas ou empresa de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.24. A melhor classificada nos termos do item 7.22 ou do 7.23, quando não havendo microempresas ou empresa de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.25. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, as propostas serão reclassificadas para verificação do enquadramento no item 7.22 ou do 7.23, quando não havendo microempresas ou empresa de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.26. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.27. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.29. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei n.º 14.133, de 2021, na seguinte ordem:



- 1) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 2) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 3) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- 4) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.29.1. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- 1) empresas estabelecidas no território do Município/Estado do órgão ou entidade da Administração Pública Municipal licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 2) empresas brasileiras;
- 3) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 4) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.30. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.31. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, O Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.31.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.31.2. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.32. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, O Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar



quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.1.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.1.2. O critério de aceitabilidade dos preços, permitida a fixação de preços máximos e vedada a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvada a possibilidade de desclassificação de proposta manifestamente inexequível, utilizando como parâmetros o Art. 46 §§ 3º e 4º do Decreto Municipal 065/2024.

8.2. A Administração poderá realizar diligências, de ofício ou por provocação de interessado, para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada e comprovada.

8.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 horas de antecedência**, e a ocorrência será registrada em ata;

8.5. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceito pelo Pregoeiro.

8.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.5.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, O Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 5 (cinco) dias úteis, contados da solicitação.

8.5.3.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.



8.5.3.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.5.3.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.5.3.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), O Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir se á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.5.3.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.5.3.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

8.5.3.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.6. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, O Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.7. Havendo necessidade, O Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.8. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.8.1. Também nas hipóteses em que O Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.8.2.A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.9. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de O Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.10. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, O Pregoeiro verificará a habilitação do



licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO.

9.1. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.2. COMO CONDIÇÃO PRÉVIA AO EXAME DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO DO LICITANTE DETENTOR DA PROPOSTA CLASSIFICADA EM PRIMEIRO LUGAR, O PREGOEIRO VERIFICARÁ O EVENTUAL DESCUMPRIMENTO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO, ESPECIALMENTE QUANTO À EXISTÊNCIA DE SANÇÃO QUE IMPEÇA A PARTICIPAÇÃO NO CERTAME OU A FUTURA CONTRATAÇÃO, MEDIANTE A CONSULTA AOS DOCUMENTOS INSERIDOS NO PORTAL DE COMPRAS PUBLICAS, E AINDA NOS SEGUINTE CADASTROS:

9.3. Possuir Cadastro no <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>

9.4. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br);

9.5. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.6. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>

9.6.1. Cadastro de Empresas impedidas de licitar junto ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás <https://www.tcmgo.tc.br/site/tcm-em-acao/impedidos-de-licitar-ou-contratar/>

9.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.8. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.9. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.10. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.11. Constatada a existência de sanção, O Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.



9.12. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.13. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

9.14. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores do Governo Federal, disponível no endereço eletrônico: <https://www3.comprasnet.gov.br/sicaf-web/index.jsf>, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.14.1. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.15. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.16. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.17. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.18. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.18.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.19. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.20. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.20.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.20.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de



Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br ;

9.20.3. No caso de sociedade empresarial: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.20.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;

9.20.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.20.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.20.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.20.8. **Documentos Pessoais (RG e CPF)** do representante legal;

9.20.9. Procuração válida do representante legal, se for o caso;

9.20.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.21. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.21.1. **CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso, expedido no máximo de 30 (trinta) dias;

9.21.2. **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (certidão conjunta), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.21.3. **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**

9.21.4. **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, (<http://www.tst.jus.br/certidao>);

9.21.5. **Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual**, através da Certidão Negativa junto aos Estado em que o licitante é domiciliado.



9.21.6. **Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal**, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, da sede da licitante;

9.22. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.22.1. **Certidão de Falência ou Recuperação Judicial** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, **datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão**. Admite-se a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de processo de licitação (Acórdão 1201/2020 – TCU Plenário) ”.

9.23. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

9.23.1. A qualificação técnica será verificada pela compatibilidade do objeto social do licitante com o objeto deste edital.

9.23.2. **Atestado (s) de qualificação técnica** pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação, emitidos por órgãos públicos ou entes privados de reconhecida idoneidade.

9.23.3. Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa, disponível no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) (www.cnj.jus.br), por meio do link https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form.

9.23.4. Certidão negativa correcional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM), será verificada a existência de registros impeditivos de contratação no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas/CGU, disponível no link <https://certidoes.cgu.gov.br/> em atendimento ao disposto no Acórdão n. 1793/2011, do Plenário do Tribunal de Contas da União;

9.23.7. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, nos termos Inciso IV, do Artigo 63, da Lei n. 14.133/2021; (conforme modelo anexo III);

9.23.8. Declaração de que as propostas econômicas compreendem a Integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do §1º do Artigo 63, da Lei n. 14.333/2021; (conforme modelo anexo III);

9.23.9. Declaração da própria empresa de que não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções de gerência ou administração ou servidor do Órgão/Entidade contratante em qualquer função, nos termos do Artigo 9º, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021; (conforme modelo anexo III);

9.23.10. Não há sanções vigentes que legalmente proibam a participante de licitar e/ou contratar com



o Órgão/Entidade contratante, nos termos do inciso IV, do Art. 156, da Lei 14.133/2021; (conforme modelo anexo III);

9.23.11. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos Incisos III e IV do Artigo 1º e no Inciso III, do Artigo 5º, da Constituição Federal, bem como no Artigo 14, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021. (Conforme modelo anexo III);

9.23.12. DOCUMENTAÇÕES COMPLEMENTARES, EXIGÍVEIS NOS TERMOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006

9.23.12.1. Declaração de que é ME, EPP ou MEI e não se encontra em nenhuma das situações do § 4º, Artigo 3º, da Lei Complementar Federal nº 123/2006 e está apto a usufruir do tratamento estabelecido no Artigo 43, da Lei Complementar Federal nº 123/2006; (conforme modelo anexo IV);

9.23.12.2. Declaração de que no ano-calendário de realização deste credenciamento, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do Artigo 4º, § 2º, da Lei nº 14.133/2021; (conforme modelo anexo IV);

9.24. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.24.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.25. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, esta será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.26. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.27. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, O Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.28. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.



9.29. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.30. O Pregoeiro, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes.

9.31. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.32. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.1. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.1.2. Enviar a proposta final em arquivo editável (necessariamente nas extensões doc, docx, xls ouxlsx), para o e-mail: cplsantarita@hotmail.com caso seja solicitado, deverá enviá-los para este município, localizado na Rua Abílio Alves Ferreira nº 790, Centro, CEP: 75.840.000, no horário de 07h30min às 17h30min, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

10.1.3. Nos termos do §1º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 c/c alínea “a” do inciso III do §2º art. 1º da Lei Federal nº 11.419/2006 (aplicada por analogia, nos termos do art. 4º do Decreto-Lei nº 4.657/42), a licitante declarada vencedora poderá encaminhar documentação via e-mail, para o referido endereço, desde que possua certificado digital, estando toda a documentação assinada eletronicamente, para que a documentação enviada digitalmente tenha validade.

10.2. Os descontos ofertados nos lances verbais deverão ser lineares - relação a proposta original – a todos os itens do lote, sendo passível a variável de até 0,5 % (meio por cento) entre os valores dos itens para adequação das propostas.

10.3. No mesmo prazo do item 10.1, o licitante deverá realizar o ajuste da proposta no <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp> sob pena de desclassificação. Havendo dúvidas



sobre o ajuste as licitantes deverão entrar em contato com o suporte da plataforma.

10.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.5. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.5.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo **30 (trinta) minutos**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer em campo próprio do sistema.

11.1.1. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a preclusão desse direito.

11.1.2. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias úteis** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias úteis**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.2. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.3. A decisão do Pregoeiro deverá ser motivada e submetida à apreciação da autoridade competente pela licitação, se não aceito o recurso interposto.



11.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, **a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o resultado da licitação.**

11.3. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12.2.3 Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida pelos telefones: (61) 3313-1879, (61) 3313-1700 ou (61) 3313-1535, telefone de atendimento do compras net pelo sitio <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>. “Fale conosco”.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

13.3. Quando houver recurso e o Pregoeiro mantiver sua decisão, deverá esta ser submetida à autoridade competente para decidir acerca dos atos do Pregoeiro.

13.4. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato no prazo definido neste Edital.



14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (CINCO) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (CINCO) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil).

15.2.3. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

15.2.4. A recusa injustificada do licitante vencedor em celebrar o contrato no prazo ou nas condições estabelecidas no edital caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida no certame licitatório, sujeitando-o às penalidades legais e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

15.2.5. Transcorrido o prazo citado neste artigo sem a assinatura do contrato pelo primeiro colocado ou quando, no ato da assinatura, o vencedor não apresentar as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação, poderá a Administração, respeitada a ordem de classificação, convocar os licitantes remanescentes para assinar o instrumento contratual ou aquele que vier a substituí-lo, desde que este aceite manter a proposta e as condições do primeiro convocado.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições do art. 95 da Lei n.º 14.133, de 2021;

15.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;



15.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no art. 137, nas formas previstas em seu art. 138, tendo os seus efeitos, quando unilateral, estipulados no art. 139, todos da Lei 14.133, de 2021.

15.4. O prazo de vigência da contratação se encerra no final do exercício financeiro da assinatura do mesmo e poderá ser prorrogado conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

15.5. Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.5.1. Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

15.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

15.8. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitarem a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, quando for o caso.

15.10. A regra do item anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do item 15.8.

15.11. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

16. DO REAJUSTAMENTO, REPACTUAÇÃO E REVISÃO E ALTERAÇÕES



CONTRATUAIS

16.1. As regras acerca do reajustamento, repactuação e revisão em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Decreto Municipal 065/2024 Arts. 265 a 288.

17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

17.1. Nos termos do art. 117, da Lei n.º 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

17.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

17.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17.4. Da entrega e critério de aceitação do objeto:

17.4.1. O prazo de entrega dos objetos será de no máximo 30 (trinta) dias, após o envio da Ordem de Fornecimento.

17.4.2. Os objetos serão disponibilizados assim que o órgão estiver com o contrato empenhado e emitido a ordem de fornecimento e enviado para o fornecedor.

17.4.3. Os objetos serão recebidos provisoriamente no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, ao responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, para efeito posterior de verificação de sua conformidade com as especificações, constantes neste Termo de Referência e na proposta.

17.4.4. Os objetos serão disponibilizados no decorrer do ano vigente.

17.4.5. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em descordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos em no máximo **48 (quarenta e oito) horas**, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

17.4.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não se procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-há como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

17.4.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.



17.4.8. Após a formulação do contrato o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art.107 da Lei 14.133/2021.

17.4.9. Os objetos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisórios, após a verificação de qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

17.4.10. Os produtos deverão ser entregues até 30 (trinta) dias, a partir da entrega da ordem de fornecimento nos seguintes locais:

1 – Secretária Municipal de Educação

Endereço: Avenida Santa Rita, s/n, bairro Vila Nova, Santa Rita do Araguaia – GO, CEP: 75.840-000.
Horário de Recebimento: 08:00 hs as 11:00 hs e das 13:30 hs as 17:00 hs.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. São obrigações da Contratante:

18.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

18.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

18.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

18.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

18.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

18.1.6. Responder, no prazo de 15 (quinze) dias os pedidos de repactuação de preços e restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

18.1.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18.2 São obrigações da contratada:

18.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita e perfeita execução do objeto.



18.2.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos.

18.2.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

18.2.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

18.2.1.4. Comunicar, imediatamente após tomarem conhecimento, à Contratante os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

18.2.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

18.2.1.6. Indicar preposto para representa-la durante a execução do contrato.

18.2.1.7. A emissão da nota fiscal, deverá conter todas as informações provenientes da ordem de fornecimento/serviço, com o nome do órgão emissor e CNPJ.

18.2.1.8. A contratada deverá emitir a nota fiscal com dados da conta bancaria na qual o pagamento deverá ser executado, acompanhado com as respectivas Certidões Negativas: Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista;

18.2.1.9. Os produtos deverão ser entregues conforme item 17.4.10, devidamente ACOMPANHADO DO FISCAL DE CONTRATO designado para fiscalização do contrato.

18.2.1.10. Comunicar a Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

18.2.1.11. Sujeitar-se a mais ampla e restrita fiscalização por parte do servidor do contratante encarregado de acompanhar a execução do contrato, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo as reclamações formuladas, na hipótese de adoção da sugestão constante do subitem 9.2. supra, acrescente a seus editais clausula prevendo a necessidade de a empresa participante do certame, demonstrar, por meio de laudo expedido por laboratório ou instituto idôneo, o desempenho, qualidade e produtividade compatível com o produto similar ou equivalente a marca referência mencionada no edital. (ACORDÃO TCU 2300/2007, CLAUSULA 9.2.3).

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será realizado conforme serviços prestados no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

19.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar



a execução do objeto do contrato.

19.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

19.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

19.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

19.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado, a critério da contratante.

19.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

19.10.1. Será rescindida a ata de registro de preço/contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

19.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, que será calculada pro



rata die sobre INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

19.13. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

19.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6 / 100) I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6% 365

19.15. Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências administrativas com fito de realizar o pagamento.

19.16. Antes de cada pagamento à contratada, deverá verificar a regularidade fiscal da contratada.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que:

- I. Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I. Advertência;

II. Multa;

III. Impedimento de licitar e contratar;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Único. A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

20.2.1. Sanção de advertência será aplicável nas hipóteses de inexecução parcial do contrato que não implique em prejuízo ou dano à administração, bem como na hipótese de descumprimento de pequena relevância praticado pelo licitante ou fornecedor e que não justifique imposição de penalidade mais grave.

20.2.2. O atraso injustificado ou retardamento na entrega do objeto deste certame sujeitará a contratada, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor, tem como base o valor total da solicitação/ordem de fornecimento, podendo ser ela aplicada isoladamente ou cumulativamente com outras penalidades.

20.2.3. Após 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso na entrega do objeto será considerado inexecução, total quando for a primeira entrega ou parcial a partir da segunda entrega.

20.2.4. Nos casos de cometimento das infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 20.1, será aplicada multa de 10% sobre o valor de referência do item/lote.

20.2.5. Nos casos de cometimento das infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 20.1, será aplicada multa de 15% sobre o valor de referência do item/lote.

20.2.6. Será aplicada sanção de impedimento de licitar e contratar pelo prazo máximo de 3 (três) anos, na hipótese de cometimento das infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 20.1.



20.2.7. Será aplicada sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, na hipótese de cometimento das infrações previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 20.1.

20.2.8. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município de Santa Rita do Araguaia e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com as multas previstas.

20.2.9. Em caso de reincidência, a multa poderá ser aplicada em dobro, respeitando o limite máximo de 30% (trinta por cento).

20.2.10. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 20.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II mesmo item.

20.2.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando for o caso, ou será cobrada judicialmente.

20.2.12. A aplicação das sanções previstas neste Edital artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

20.2.13. As sanções serão processadas de acordo com a Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 065/2024.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Qualquer pessoa poderá para impugnar edital de licitação por irregularidade ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até **3 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame.

21.2. A **IMPUGNAÇÃO DEVERÁ** ser realizada **EXCLUSIVAMENTE** por **FORMA ELETRÔNICA** no sistema <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp> ou no sitio e-mail: cplsantarita@hotmail.com, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min.

21.3. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento vincularão os participantes e a administração, e deverá ser divulgada <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp> no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame e divulgados no respectivo endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Araguaia - GO: https://acessoainformacao.santaritadoaraguaia.go.gov.br/cidadao/informacao/licitacoes_mg.

21.4. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio, nos autos do processo de licitação.

21.5. Acolhida a impugnação contra o ato convocatório e, em caso de alteração na formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame, com reabertura do prazo inicialmente concedido.



21.6. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

21.7. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no Sistema Eletrônico <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp> e no Site Oficial do Município disponível em: https://acessoinformacao.santaritadoaraguaia.go.gov.br/cidadao/informacao/licitacoes_mg.

22.2. Como condição de validade e eficácia, todos os atos devem ser realizados de forma eletrônica diretamente no <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>, conforme art. 17, § 4º da Lei 14.133, de 2021.

22.3. Todas as comunicações serão formalizadas através do <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>.

22.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro e Equipe de Apoio poderão sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.8. Verificada qualquer irregularidade a Autoridade Superior determinará o retorno dos autos para o devido saneamento.

22.9. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.10. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a



Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.13. O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

22.13.1. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

22.14. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.15. A Autoridade Superior do Órgão Demandante, poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.

22.15.1. A anulação do pregão induz à do contrato.

22.15.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

22.16. É facultado à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

22.16.1. Conforme entendimento do Plenário do Tribunal de Contas da União, exarado no Acórdão n. 1211/2021 - Plenário, não é considerado documento novo, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

22.17. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: <https://www.santaritadoaraguaia.go.gov.br/> na aba licitações e ou <https://acessoinformacao.santaritadoaraguaia.go.gov.br/cidadao/informacao/licitacoes> e também



poderão ser retirados na Sala do Departamento de Licitações no Prédio da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Araguaia, situado a Rua Abílio Alves Ferreira, 790, Santa Rita do Araguaia - Goiás, CEP. 75.840-000, nos dias úteis, no horário das 08:00min às 11:30min e das 13:30min às 17:00min, devendo o interessado fornecer mídia para a gravação, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

22.18. Integra este Edital, para todos os fins e efeitos, os anexos parte integrante deste.

22.19. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 065/2024.

22.20. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelo curto prazo da contratação e pelas suas características.

22.21. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

22.22. Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o de Mineiros - Estado de Goiás, com exclusão de qualquer outro.

23. DAS PUBLICAÇÕES

23.1. O Edital deverá ser publicado em meios de divulgação a seguir indicados:

- a) Meio eletrônico na internet, através Site Oficial do Município na Aba Licitações;
- b) Diário Oficial da União – DOU;
- c) Diário Oficial dos Municípios do Estado de Goiás - AGM.
- d) Jornal de Grande Circulação;
- d) E nos demais Previstos em Lei.

Santa Rita do Araguaia - Goiás, 18 de junho de 2024.

WALMA VIEIRA MAIA DE OLIVEIRA

Secretária Municipal de Educação.

Decreto 010/2021.



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1 - INTRODUÇÃO

- 1.1.** O presente Termo de Referência tem por finalidade definir os elementos aquisição de uniformes escolares, materiais de expediente e pedagógicos, em virtude ao Convênio 155/2023 celebrando entre a Secretaria de Estado da Educação e o município de Santa Rita do Araguaia, referente a Emenda Parlamentar Impositiva no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), sob o nº 1623, processo nº 202300006005170, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, o processo deverá ser realizado na modalidade Pregão Eletrônico, nos termos da Lei 14133/2021.
- 1.2.** Da escolha do fornecedor do produto e do preço: O critério de seleção do fornecedor ora almejado será feito por consulta no mercado, dando-se primazia à proposta que apresentar o **MENOR PREÇO POR ITEM**.

2 - JUSTIFICATIVA DO PEDIDO

2.1. Tal necessidade decorre das ações que a Secretaria Municipal de Educação vem implementando ações voltadas para a qualidade e o bem-estar das crianças e adolescentes atendidas nas escolas municipais de Santa Rita do Araguaia. O uniforme escolar é, portanto, parte integrante desse ambiente e deve ser pensado sob a ótica do conforto, da durabilidade, dos custos e também da segurança. O uso de uniforme na escola – que é elemento de integração e de promoção da inclusão e da igualdade social, coloca as crianças e adolescentes em nível igualitário, amenizando as desigualdades causadas pelas diferenças sociais. Os uniformes se constituem como uma forma de identificação dos alunos lhes garante um sentimento de pertencimento ao grupo social, fundamental para o desenvolvimento psicossocial da criança e do adolescente. É preciso ressaltar, ainda, a praticidade e a economia que o uniforme escolar proporciona aos pais e responsáveis, já que a utilização de diferentes roupas a cada dia de aula é oneroso às famílias. Deste modo, faz-se necessário a aquisição de uniformes para alunos da rede municipal, considerando que um uniforme padronizado e perene distingue e, ao mesmo tempo, integra o aluno à instituição a qual pertence, refletindo no comportamento, na identidade visual e no seu estímulo pedagógico, bem como, a aquisição dos materiais pedagógicos para melhor desenvolvimento e implementação das políticas de ensino de forma a aprimorar e contribuir para o desenvolvimento pessoal e intelectual dos alunos da rede municipal.

3 - OBJETO DA CONTRATAÇÃO

3.1. Do objeto: Licitação, sob a Modalidade Pregão Eletrônico, conforme Lei Federal 14.133/2021, do tipo menor preço por item, visando à Contratação de Empresa Especializada para Aquisição de Uniformes Escolares, Materiais de Expediente e Pedagógicos, conforme Termo de Referência anexo, em virtude ao Convênio 155/2023 celebrando entre a Secretaria de Estado da Educação e o município de Santa Rita do Araguaia, referente a Emenda Parlamentar Impositiva sob o nº 1623, processo nº 202300006005170.

DESCRIÇÃO DO ITEM 1 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confeção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 1 – CÓDIGO 10030 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
------	----	------	----------------------



1	SERVIÇO	150	CONFECÇÃO DE CAMISETA DE UNIFORME INFANTIL 04 ANOS (MALHA PP ANTI PILLING 100 % POLIESTER). MODELO GOLA V E BRASÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO ARAGUAIA.
---	---------	-----	--

DESCRIÇÃO DO ITEM 2 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confeção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 2 – CÓDIGO 10030 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
2	SERVIÇO	380	CONFECÇÃO DE CAMISETA DE UNIFORME INFANTIL 06 ANOS (MALHA PP ANTI PILLING 100% POLIESTER). MODELO GOLA V E BRASÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO ARAGUAIA.

DESCRIÇÃO DO ITEM 3 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confeção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 3 – CÓDIGO 10030 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
3	SERVIÇO	340	CONFECÇÃO DE CAMISETA DE UNIFORME INFANTIL 08 ANOS (MALHA PP ANTI PILLING 100% POLIESTER). MODELO GOLA V E BRASÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO ARAGUAIA.

DESCRIÇÃO DO ITEM 4 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confeção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 4 – CÓDIGO 10030 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
4	SERVIÇO	200	CONFECÇÃO DE CAMISETA DE UNIFORME INFANTIL 10 ANOS (MALHA PP ANTI PILLING 100% POLIESTER). MODELO GOLA V E BRASÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO ARAGUAIA.

DESCRIÇÃO DO ITEM 5 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confeção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 5 – CÓDIGO 10030 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
5	SERVIÇO	250	CONFECÇÃO DE CAMISETA DE UNIFORME INFANTIL 12 ANOS (MALHA PP ANTI PILLING 100% POLIESTER). MODELO GOLA V E BRASÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO ARAGUAIA.

DESCRIÇÃO DO ITEM 6 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confeção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 6 – CÓDIGO 10030 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
6	SERVIÇO	40	CONFECÇÃO DE CAMISETA DE UNIFORME INFANTIL 14 ANOS (MALHA PP ANTI PILLING 100% POLIESTER). MODELO GOLA V E BRASÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO ARAGUAIA.



			RITA DO ARAGUAIA.
--	--	--	-------------------

DESCRIÇÃO DO ITEM 7 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confeção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 7 – CÓDIGO 10030 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
7	SERVIÇO	40	CONFEÇÃO DE CAMISETA DE UNIFORME INFANTIL 16 ANOS (MALHA PP ANTI PILLING 100% POLIESTER). MODELO GOLA V E BRASÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO ARAGUAIA.

DESCRIÇÃO DO ITEM 8 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confeção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 8 – CÓDIGO 10030 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
8	SERVIÇO	20	CONFEÇÃO DE BERMUDA: COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER COM 260 DE GRAMATURA, SEM BOLSO, COM DUAS FAIXAS BRANCAS NAS LATERAIS CÓS RETO NA MESMA COR QUE FOR CONFECCIONADO A BERMUDA, COM ELÁSTICO DE 4 CM NA CINTURA EMBUTIDO E REBATIDO COM MÁQUINA DE QUATRO AGULHAS PONTO CORRENTE, A BERMUDA DEVERÁ SER TODA COSTURADA COM MÁQUINA OVERLOQUE NA SUA PARTE INTERNA. AS BARRAS DAS PERNAS DEVEM SER REBATIDAS COM LARGURA DE 2,0 CM E COSTURADA EM MÁQUINA GALONEIRA DE DUAS AGULHAS. A LINHA UTILIZADA PARA CONFEÇÃO DEVERÁ SER 100% POLIÉSTER. TAMANHO PARA CRIANÇA DE 04 ANOS, NA BERMUDA DEVE CONTER O BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO ARAGUAIA.

DESCRIÇÃO DO ITEM 9 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confeção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 9 – CÓDIGO 10030 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
9	SERVIÇO	95	CONFEÇÃO DE BERMUDA: COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER COM 260 DE GRAMATURA, SEM BOLSO, COM DUAS FAIXAS BRANCAS NAS LATERAIS CÓS RETO NA MESMA COR QUE FOR CONFECCIONADO A BERMUDA, COM ELÁSTICO DE 4 CM NA CINTURA EMBUTIDO E REBATIDO COM MÁQUINA DE QUATRO AGULHAS PONTO CORRENTE, A BERMUDA DEVERÁ SER TODA COSTURADA COM MÁQUINA OVERLOQUE NA SUA PARTE INTERNA. AS BARRAS DAS PERNAS DEVEM SER REBATIDAS COM LARGURA DE 2,0 CM E COSTURADA EM MÁQUINA GALONEIRA DE DUAS AGULHAS. A LINHA UTILIZADA PARA CONFEÇÃO DEVERÁ SER 100%



			POLIÉSTER. TAMANHO PARA CRIANÇA DE 06 ANOS, NA BERMUDA DEVE CONTER O BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO ARAGUAIA.
--	--	--	--

DESCRIÇÃO DO ITEM 10 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confecção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 10 – CÓDIGO 10030 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
10	SERVIÇO	100	CONFECÇÃO DE BERMUDA: COMPOSIÇÃO: 100% COM 260 DE GRAMATURA, SEM BOLSO, COM DUAS FAIXAS BRANCAS NAS LATERAIS CÓS RETO NA MESMA COR QUE FOR CONFECCIONADO A BERMUDA, COM ELÁSTICO DE 4 CM NA CINTURA EMBUTIDO E REBATIDO COM MÁQUINA DE QUATRO AGULHAS PONTO CORRENTE, A BERMUDA DEVERÁ SER TODA COSTURADA COM MÁQUINA OVERLOQUE NA SUA PARTE INTERNA. AS BARRAS DAS PERNAS DEVEM SER REBATIDAS COM LARGURA DE 2,0 CM E COSTURADA EM MÁQUINA GALONEIRA DE DUAS AGULHAS. A LINHA UTILIZADA PARA CONFECCÃO DEVERÁ SER 100% POLIÉSTER. TAMANHO PARA CRIANÇA DE 08 ANOS, NA BERMUDA DEVE CONTER O BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO ARAGUAIA.

DESCRIÇÃO DO ITEM 11 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confecção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 11 – CÓDIGO 10030 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
11	SERVIÇO	50	CONFECÇÃO DE BERMUDA: COMPOSIÇÃO: 100% COM 260 DE GRAMATURA, SEM BOLSO, COM DUAS FAIXAS BRANCAS NAS LATERAIS CÓS RETO NA MESMA COR QUE FOR CONFECCIONADO A BERMUDA, COM ELÁSTICO DE 4 CM NA CINTURA EMBUTIDO E REBATIDO COM MÁQUINA DE QUATRO AGULHAS PONTO CORRENTE, A BERMUDA DEVERÁ SER TODA COSTURADA COM MÁQUINA OVERLOQUE NA SUA PARTE INTERNA. AS BARRAS DAS PERNAS DEVEM SER REBATIDAS COM LARGURA DE 2,0 CM E COSTURADA EM MÁQUINA GALONEIRA DE DUAS AGULHAS. A LINHA UTILIZADA PARA CONFECCÃO DEVERÁ SER 100% POLIÉSTER. TAMANHO PARA CRIANÇA DE 10 ANOS, NA BERMUDA DEVE CONTER O BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO ARAGUAIA.

DESCRIÇÃO DO ITEM 12 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confecção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 12 – CÓDIGO 10030 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
------	----	------	----------------------



12	SERVIÇO	65	CONFEÇÃO DE BERMUDA: COMPOSIÇÃO: 100% COM 260 DE GRAMATURA, SEM BOLSO, COM DUAS FAIXAS BRANCAS NAS LATERAIS CÓS RETO NA MESMA COR QUE FOR CONFECCIONADO A BERMUDA, COM ELÁSTICO DE 4 CM NA CINTURA EMBUTIDO E REBATIDO COM MÁQUINA DE QUATRO AGULHAS PONTO CORRENTE, A BERMUDA DEVERÁ SER TODA COSTURADA COM MÁQUINA OVERLOQUE NA SUA PARTE INTERNA. AS BARRAS DAS PERNAS DEVEM SER REBATIDAS COM LARGURA DE 2,0 CM E COSTURADA EM MÁQUINA GALONEIRA DE DUAS AGULHAS. A LINHA UTILIZADA PARA CONFEÇÃO DEVERÁ SER 100% POLIÉSTER. TAMANHO PARA CRIANÇA DE 12 ANOS, NA BERMUDA DEVE CONTER O BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO ARAGUAIA.
----	---------	----	--

DESCRIÇÃO DO ITEM 13 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confeção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 13 – CÓDIGO 10030 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
13	SERVIÇO	10	CONFEÇÃO DE BERMUDA: COMPOSIÇÃO: 100% COM 260 DE GRAMATURA, SEM BOLSO, COM DUAS FAIXAS BRANCAS NAS LATERAIS CÓS RETO NA MESMA COR QUE FOR CONFECCIONADO A BERMUDA, COM ELÁSTICO DE 4 CM NA CINTURA EMBUTIDO E REBATIDO COM MÁQUINA DE QUATRO AGULHAS PONTO CORRENTE, A BERMUDA DEVERÁ SER TODA COSTURADA COM MÁQUINA OVERLOQUE NA SUA PARTE INTERNA. AS BARRAS DAS PERNAS DEVEM SER REBATIDAS COM LARGURA DE 2,0 CM E COSTURADA EM MÁQUINA GALONEIRA DE DUAS AGULHAS. A LINHA UTILIZADA PARA CONFEÇÃO DEVERÁ SER 100% POLIÉSTER. TAMANHO PARA CRIANÇA DE 14 ANOS, NA BERMUDA DEVE CONTER O BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO ARAGUAIA.

DESCRIÇÃO DO ITEM 14 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confeção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 14 – CÓDIGO 10030 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
14	SERVIÇO	10	CONFEÇÃO DE BERMUDA: COMPOSIÇÃO: 100% COM 260 DE GRAMATURA, SEM BOLSO, COM DUAS FAIXAS BRANCAS NAS LATERAIS CÓS RETO NA MESMA COR QUE FOR CONFECCIONADO A BERMUDA, COM ELÁSTICO DE 4 CM NA CINTURA EMBUTIDO E REBATIDO COM MÁQUINA DE QUATRO AGULHAS PONTO CORRENTE, A BERMUDA DEVERÁ SER TODA COSTURADA COM MÁQUINA OVERLOQUE NA SUA PARTE INTERNA. AS BARRAS DAS PERNAS DEVEM SER



			REBATIDAS COM LARGURA DE 2,0 CM E COSTURADA EM MÁQUINA GALONEIRA DE DUAS AGULHAS. A LINHA UTILIZADA PARA CONFECÇÃO DEVERÁ SER 100% POLIÉSTER. TAMANHO PARA CRIANÇA DE 16 ANOS, NA BERMUDA DEVE CONTER O BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO ARAGUAIA.
--	--	--	---

DESCRIÇÃO DO ITEM 15 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confecção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 15 – CÓDIGO 10030 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
15	SERVIÇO	95	CONFECÇÃO DE SHORT SAIA: CONFECCIONADA EM MALHA DE HELANCA COLEGIAL, SENDO A COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, EM ALTO RELEVO POR TODA EXTENSÃO DA MALHA, COM GRAMATURA DE 260G/M ² . NA PARTE TRASEIRA DA CINTURA, DEVE POSSUIR UM ELÁSTICO COM LARGURA DE 4 CM EMBUTIDO E REBATIDO COM MÁQUINA DE QUATRO AGULHAS PONTO CORRENTE, NO MESMO TECIDO DO CORPO DA BERMUDA, COM MÁQUINA RETA, MEDINDO 12 CM DE ALTURA POR 12 CM DE LARGURA. NA FRENTE DA SAIA, NO LADO ESQUERDA, DEVERÁ SER APLICADO O BRASÃO DA PREFEITURA, COM AS MEDIDAS DE: BRASÃO 4,50CM DE LARGURA POR 5,50CM DE ALTURA; TAMANHO PARA CRIANÇA DE 06 ANOS.

DESCRIÇÃO DO ITEM 16 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confecção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 16 – CÓDIGO 10030 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
16	SERVIÇO	100	CONFECÇÃO DE SHORT SAIA: CONFECCIONADA EM MALHA DE HELANCA COLEGIAL, SENDO A COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, EM ALTO RELEVO POR TODA EXTENSÃO DA MALHA, COM GRAMATURA DE 260G/M ² . NA PARTE TRASEIRA DA CINTURA, DEVE POSSUIR UM ELÁSTICO COM LARGURA DE 4 CM EMBUTIDO E REBATIDO COM MÁQUINA DE QUATRO AGULHAS PONTO CORRENTE, NO MESMO TECIDO DO CORPO DA BERMUDA, COM MÁQUINA RETA, MEDINDO 12 CM DE ALTURA POR 12 CM DE LARGURA. NA FRENTE DA SAIA, NO LADO ESQUERDA, DEVERÁ SER APLICADO O BRASÃO DA PREFEITURA, COM AS MEDIDAS DE: BRASÃO 4,50CM DE LARGURA POR 5,50CM DE ALTURA; TAMANHO PARA CRIANÇA DE 08 ANOS.

DESCRIÇÃO DO ITEM 17 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confecção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 17 – CÓDIGO 10030 ASSIM:



ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
17	SERVIÇO	70	CONFEÇÃO DE SHORT SAIA: CONFECCIONADA EM MALHA DE HELANCA COLEGIAL, SENDO A COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, EM ALTO RELEVO POR TODA EXTENSÃO DA MALHA, COM GRAMATURA DE 260G/M ² . NA PARTE TRASEIRA DA CINTURA, DEVE POSSUIR UM ELÁSTICO COM LARGURA DE 4 CM EMBUTIDO E REBATIDO COM MÁQUINA DE QUATRO AGULHAS PONTO CORRENTE, NO MESMO TECIDO DO CORPO DA BERMUDA, COM MÁQUINA RETA, MEDINDO 12 CM DE ALTURA POR 12 CM DE LARGURA. NA FRENTE DA SAIA, NO LADO ESQUERDA, DEVERÁ SER APLICADO O BRASÃO DA PREFEITURA, COM AS MEDIDAS DE: BRASÃO 4,50CM DE LARGURA POR 5,50CM DE ALTURA; TAMANHO PARA CRIANÇA DE 10 ANOS.

DESCRIÇÃO DO ITEM 18 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confeção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 18 – CÓDIGO 10030 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
18	SERVIÇO	65	CONFEÇÃO DE SHORT SAIA: CONFECCIONADA EM MALHA DE HELANCA COLEGIAL, SENDO A COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, EM ALTO RELEVO POR TODA EXTENSÃO DA MALHA, COM GRAMATURA DE 260G/M ² . NA PARTE TRASEIRA DA CINTURA, DEVE POSSUIR UM ELÁSTICO COM LARGURA DE 4 CM EMBUTIDO E REBATIDO COM MÁQUINA DE QUATRO AGULHAS PONTO CORRENTE, NO MESMO TECIDO DO CORPO DA BERMUDA, COM MÁQUINA RETA, MEDINDO 12 CM DE ALTURA POR 12 CM DE LARGURA. NA FRENTE DA SAIA, NO LADO ESQUERDA, DEVERÁ SER APLICADO O BRASÃO DA PREFEITURA, COM AS MEDIDAS DE: BRASÃO 4,50CM DE LARGURA POR 5,50CM DE ALTURA; TAMANHO PARA CRIANÇA DE 12 ANOS.

DESCRIÇÃO DO ITEM 19 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confeção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 19 – CÓDIGO 10030 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
19	SERVIÇO	10	CONFEÇÃO DE SHORT SAIA: CONFECCIONADA EM MALHA DE HELANCA COLEGIAL, SENDO A COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, EM ALTO RELEVO POR TODA EXTENSÃO DA MALHA, COM GRAMATURA DE 260G/M ² . NA PARTE TRASEIRA DA CINTURA, DEVE POSSUIR UM ELÁSTICO COM LARGURA DE 4 CM EMBUTIDO E REBATIDO COM MÁQUINA DE QUATRO AGULHAS PONTO CORRENTE, NO MESMO TECIDO DO CORPO DA BERMUDA, COM MÁQUINA RETA, MEDINDO



			12 CM DE ALTURA POR 12 CM DE LARGURA. NA FRENTE DA SAIA, NO LADO ESQUERDA, DEVERÁ SER APLICADO O BRASÃO DA PREFEITURA, COM AS MEDIDAS DE: BRASÃO 4,50CM DE LARGURA POR 5,50CM DE ALTURA; TAMANHO PARA CRIANÇA DE 14 ANOS.
--	--	--	---

DESCRIÇÃO DO ITEM 20 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confeção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 20 – CÓDIGO 10030 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
20	SERVIÇO	10	CONFEÇÃO DE SHORT SAIA: CONFECCIONADA EM MALHA DE HELANCA COLEGIAL, SENDO A COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, EM ALTO RELEVO POR TODA EXTENSÃO DA MALHA, COM GRAMATURA DE 260G/M ² . NA PARTE TRASEIRA DA CINTURA, DEVE POSSUIR UM ELÁSTICO COM LARGURA DE 4 CM EMBUTIDO E REBATIDO COM MÁQUINA DE QUATRO AGULHAS PONTO CORRENTE, NO MESMO TECIDO DO CORPO DA BERMUDA, COM MÁQUINA RETA, MEDINDO 12 CM DE ALTURA POR 12 CM DE LARGURA. NA FRENTE DA SAIA, NO LADO ESQUERDA, DEVERÁ SER APLICADO O BRASÃO DA PREFEITURA, COM AS MEDIDAS DE: BRASÃO 4,50CM DE LARGURA POR 5,50CM DE ALTURA; TAMANHO PARA CRIANÇA DE 16 ANOS.

DESCRIÇÃO DO ITEM 21 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confeção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 21 – CÓDIGO 10030 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
21	SERVIÇO	60	CONFEÇÃO DE CALÇA 04 ANOS: CONFECCIONADA EM MALHA DE HELANCA COLEGIAL, SENDO A COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, EM ALTO RELEVO POR TODA EXTENSÃO DA MALHA, COM GRAMATURA DE 260G/M ² . NA PARTE TRASEIRA DA CINTURA, DEVE POSSUIR UM ELÁSTICO COM LARGURA DE 4 CM EMBUTIDO E REBATIDO COM MÁQUINA DE QUATRO AGULHAS PONTO CORRENTE, NO MESMO TECIDO DO CORPO DA CALÇA, COM MÁQUINA RETA, SEM BOLSO, COM DUAS FAIXAS BRANCAS NAS LATERAIS CÓS RETO, COM PUNHO NA BARRA DAS PERNAS. A LINHA UTILIZADA PARA CONFEÇÃO DEVERÁ SER 100% POLIÉSTER. NA CALÇA DEVE CONTER O BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO ARAGUAIA.

DESCRIÇÃO DO ITEM 22 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confeção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 22 – CÓDIGO 10030 ASSIM:



ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
22	SERVIÇO	175	CONFEÇÃO DE CALÇA 06 ANOS: CONFECCIONADA EM MALHA DE HELANCA COLEGIAL, SENDO A COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, EM ALTO RELEVO POR TODA EXTENSÃO DA MALHA, COM GRAMATURA DE 260G/M ² . NA PARTE TRASEIRA DA CINTURA, DEVE POSSUIR UM ELÁSTICO COM LARGURA DE 4 CM EMBUTIDO E REBATIDO COM MÁQUINA DE QUATRO AGULHAS PONTO CORRENTE, NO MESMO TECIDO DO CORPO DA CALÇA, COM MÁQUINA RETA, SEM BOLSO, COM DUAS FAIXAS BRANCAS NAS LATERAIS CÓS RETO, COM PUNHO NA BARRA DAS PERNAS. A LINHA UTILIZADA PARA CONFEÇÃO DEVERÁ SER 100% POLIÉSTER. NA CALÇA DEVE CONTER O BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO ARAGUAIA.

DESCRIÇÃO DO ITEM 23 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confeção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 23 – CÓDIGO 10030 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
23	SERVIÇO	200	CONFEÇÃO DE CALÇA 08 ANOS: CONFECCIONADA EM MALHA DE HELANCA COLEGIAL, SENDO A COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, EM ALTO RELEVO POR TODA EXTENSÃO DA MALHA, COM GRAMATURA DE 260G/M ² . NA PARTE TRASEIRA DA CINTURA, DEVE POSSUIR UM ELÁSTICO COM LARGURA DE 4 CM EMBUTIDO E REBATIDO COM MÁQUINA DE QUATRO AGULHAS PONTO CORRENTE, NO MESMO TECIDO DO CORPO DA CALÇA, COM MÁQUINA RETA, SEM BOLSO, COM DUAS FAIXAS BRANCAS NAS LATERAIS CÓS RETO, COM PUNHO NA BARRA DAS PERNAS. A LINHA UTILIZADA PARA CONFEÇÃO DEVERÁ SER 100% POLIÉSTER. NA CALÇA DEVE CONTER O BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO ARAGUAIA.

DESCRIÇÃO DO ITEM 24 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confeção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 24 – CÓDIGO 10030 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
24	SERVIÇO	100	CONFEÇÃO DE CALÇA 10 ANOS: CONFECCIONADA EM MALHA DE HELANCA COLEGIAL, SENDO A COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, EM ALTO RELEVO POR TODA EXTENSÃO DA MALHA, COM GRAMATURA DE 260G/M ² . NA PARTE TRASEIRA DA CINTURA, DEVE POSSUIR UM ELÁSTICO COM LARGURA DE 4 CM EMBUTIDO E REBATIDO COM MÁQUINA DE QUATRO



			AGULHAS PONTO CORRENTE, NO MESMO TECIDO DO CORPO DA CALÇA, COM MÁQUINA RETA, SEM BOLSO, COM DUAS FAIXAS BRANCAS NAS LATERAIS CÓS RETO, COM PUNHO NA BARRA DAS PERNAS. A LINHA UTILIZADA PARA CONFECÇÃO DEVERÁ SER 100% POLIÉSTER. NA CALÇA DEVE CONTER O BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO ARAGUAIA.
--	--	--	--

DESCRIÇÃO DO ITEM 25 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confecção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 25 – CÓDIGO 10030 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
25	SERVIÇO	125	CONFECÇÃO DE CALÇA 12 ANOS: CONFECCIONADA EM MALHA DE HELANCA COLEGIAL, SENDO A COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, EM ALTO RELEVO POR TODA EXTENSÃO DA MALHA, COM GRAMATURA DE 260G/M ² . NA PARTE TRASEIRA DA CINTURA, DEVE POSSUIR UM ELÁSTICO COM LARGURA DE 4 CM EMBUTIDO E REBATIDO COM MÁQUINA DE QUATRO AGULHAS PONTO CORRENTE, NO MESMO TECIDO DO CORPO DA CALÇA, COM MÁQUINA RETA, SEM BOLSO, COM DUAS FAIXAS BRANCAS NAS LATERAIS CÓS RETO, COM PUNHO NA BARRA DAS PERNAS. A LINHA UTILIZADA PARA CONFECÇÃO DEVERÁ SER 100% POLIÉSTER. NA CALÇA DEVE CONTER O BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO ARAGUAIA.

DESCRIÇÃO DO ITEM 26 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confecção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 26 – CÓDIGO 10030 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
26	SERVIÇO	20	CONFECÇÃO DE CALÇA 14 ANOS: CONFECCIONADA EM MALHA DE HELANCA COLEGIAL, SENDO A COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, EM ALTO RELEVO POR TODA EXTENSÃO DA MALHA, COM GRAMATURA DE 260G/M ² . NA PARTE TRASEIRA DA CINTURA, DEVE POSSUIR UM ELÁSTICO COM LARGURA DE 4 CM EMBUTIDO E REBATIDO COM MÁQUINA DE QUATRO AGULHAS PONTO CORRENTE, NO MESMO TECIDO DO CORPO DA CALÇA, COM MÁQUINA RETA, SEM BOLSO, COM DUAS FAIXAS BRANCAS NAS LATERAIS CÓS RETO, COM PUNHO NA BARRA DAS PERNAS. A LINHA UTILIZADA PARA CONFECÇÃO DEVERÁ SER 100% POLIÉSTER. NA CALÇA DEVE CONTER O BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO



			ARAGUAIA.
--	--	--	-----------

DESCRIÇÃO DO ITEM 27 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confeção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 27 – CÓDIGO 10030 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
27	SERVIÇO	20	CONFEÇÃO DE CALÇA 16 ANOS: CONFECCIONADA EM MALHA DE HELANCA COLEGIAL, SENDO A COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, EM ALTO RELEVO POR TODA EXTENSÃO DA MALHA, COM GRAMATURA DE 260G/M ² . NA PARTE TRASEIRA DA CINTURA, DEVE POSSUIR UM ELÁSTICO COM LARGURA DE 4 CM EMBUTIDO E REBATIDO COM MÁQUINA DE QUATRO AGULHAS PONTO CORRENTE, NO MESMO TECIDO DO CORPO DA CALÇA, COM MÁQUINA RETA, SEM BOLSO, COM DUAS FAIXAS BRANCAS NAS LATERAIS CÓS RETO, COM PUNHO NA BARRA DAS PERNAS. A LINHA UTILIZADA PARA CONFEÇÃO DEVERÁ SER 100% POLIÉSTER. NA CALÇA DEVE CONTER O BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO ARAGUAIA.

DESCRIÇÃO DO ITEM 28 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confeção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 28 – CÓDIGO 10030 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
28	SERVIÇO	60	CONFEÇÃO DE JAQUETA 04 ANOS: CONFECCIONADA EM MALHA DE HELANCA COLEGIAL, SENDO A COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, EM ALTO RELEVO POR TODA EXTENSÃO DA MALHA, COM GRAMATURA DE 260G/M ² . SEM BOLSO, COM DUAS FAIXAS BRANCAS NAS LATERAIS DAS MANGAS, COM PUNHO NAS MANGAS E NA BARRA. A LINHA UTILIZADA PARA CONFEÇÃO DEVERÁ SER 100% POLIÉSTER. FECHAMENTO COM ZIPER. GOLA ALTA. NA JAQUETA DEVE CONTER O BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO ARAGUAIA.

DESCRIÇÃO DO ITEM 29 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confeção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 29 – CÓDIGO 10030 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
29	SERVIÇO	175	CONFEÇÃO DE JAQUETA 06 ANOS: CONFECCIONADA EM MALHA DE HELANCA COLEGIAL, SENDO A COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, EM ALTO RELEVO POR TODA EXTENSÃO DA MALHA, COM GRAMATURA DE



			260G/M ² . SEM BOLSO, COM DUAS FAIXAS BRANCAS NAS LATERAIS DAS MANGAS, COM PUNHO NAS MANGAS E NA BARRA. A LINHA UTILIZADA PARA CONFECÇÃO DEVERÁ SER 100% POLIÉSTER. FECHAMENTO COM ZIPER. GOLA ALTA. NA JAQUETA DEVE CONTER O BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO ARAGUAIA.
--	--	--	--

DESCRIÇÃO DO ITEM 30 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confecção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 30 – CÓDIGO 10030 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
30	SERVIÇO	200	CONFECÇÃO DE JAQUETA 08 ANOS: CONFECCIONADA EM MALHA DE HELANCA COLEGIAL, SENDO A COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, EM ALTO RELEVO POR TODA EXTENSÃO DA MALHA, COM GRAMATURA DE 260G/M ² . SEM BOLSO, COM DUAS FAIXAS BRANCAS NAS LATERAIS DAS MANGAS, COM PUNHO NAS MANGAS E NA BARRA. A LINHA UTILIZADA PARA CONFECÇÃO DEVERÁ SER 100% POLIÉSTER. FECHAMENTO COM ZIPER. GOLA ALTA. NA JAQUETA DEVE CONTER O BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO ARAGUAIA.

DESCRIÇÃO DO ITEM 31 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confecção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 31 – CÓDIGO 10030 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
31	SERVIÇO	100	CONFECÇÃO DE JAQUETA 10 ANOS: CONFECCIONADA EM MALHA DE HELANCA COLEGIAL, SENDO A COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, EM ALTO RELEVO POR TODA EXTENSÃO DA MALHA, COM GRAMATURA DE 260G/M ² . SEM BOLSO, COM DUAS FAIXAS BRANCAS NAS LATERAIS DAS MANGAS, COM PUNHO NAS MANGAS E NA BARRA. A LINHA UTILIZADA PARA CONFECÇÃO DEVERÁ SER 100% POLIÉSTER. FECHAMENTO COM ZIPER. GOLA ALTA. NA JAQUETA DEVE CONTER O BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO ARAGUAIA.

DESCRIÇÃO DO ITEM 32 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confecção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 32 – CÓDIGO 10030 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
32	SERVIÇO	125	CONFECÇÃO DE JAQUETA 12 ANOS: CONFECCIONADA EM MALHA DE HELANCA COLEGIAL, SENDO A COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, EM ALTO RELEVO POR TODA EXTENSÃO DA MALHA, COM GRAMATURA DE



			260G/M ² . SEM BOLSO, COM DUAS FAIXAS BRANCAS NAS LATERAIS DAS MANGAS, COM PUNHO NAS MANGAS E NA BARRA. A LINHA UTILIZADA PARA CONFECÇÃO DEVERÁ SER 100% POLIÉSTER. FECHAMENTO COM ZIPER. GOLA ALTA. NA JAQUETA DEVE CONTER O BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO ARAGUAIA.
--	--	--	--

DESCRIÇÃO DO ITEM 33 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confecção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 33 – CÓDIGO 10030 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
33	SERVIÇO	20	CONFECÇÃO DE JAQUETA 14 ANOS: CONFECCIONADA EM MALHA DE HELANCA COLEGIAL, SENDO A COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, EM ALTO RELEVO POR TODA EXTENSÃO DA MALHA, COM GRAMATURA DE 260G/M ² . SEM BOLSO, COM DUAS FAIXAS BRANCAS NAS LATERAIS DAS MANGAS, COM PUNHO NAS MANGAS E NA BARRA. A LINHA UTILIZADA PARA CONFECÇÃO DEVERÁ SER 100% POLIÉSTER. FECHAMENTO COM ZIPER. GOLA ALTA. NA JAQUETA DEVE CONTER O BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO ARAGUAIA.

DESCRIÇÃO DO ITEM 34 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 10030 Confecção - Bordado - Aviamento de Roupa / fardamento / camiseta Tipo: SERVIÇO

LEIA O ITEM 34 – CÓDIGO 10030 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
34	SERVIÇO	20	CONFECÇÃO DE JAQUETA 16 ANOS: CONFECCIONADA EM MALHA DE HELANCA COLEGIAL, SENDO A COMPOSIÇÃO 100% POLIÉSTER, EM ALTO RELEVO POR TODA EXTENSÃO DA MALHA, COM GRAMATURA DE 260G/M ² . SEM BOLSO, COM DUAS FAIXAS BRANCAS NAS LATERAIS DAS MANGAS, COM PUNHO NAS MANGAS E NA BARRA. A LINHA UTILIZADA PARA CONFECÇÃO DEVERÁ SER 100% POLIÉSTER. FECHAMENTO COM ZIPER. GOLA ALTA. NA JAQUETA DEVE CONTER O BRASÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO ARAGUAIA.

DESCRIÇÃO DO ITEM 35 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 444390 Caderno Material: Celulose Vegetal , Material Capa: Capa Dura , Quantidade Folhas: 96 FL, Comprimento: 280 MM, Largura: 210 M Tipo: MATERIAL

LEIA O ITEM 35 – CÓDIGO 444390 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
35	UNIDADE	500	CADERNO CAPA DURA GRANDE TIPO PEDAGÓGICO BROCHURA, 96 PÁGINAS, TAMANHO MÉDIO DAS FOLHAS 30CM DE ALTURA POR 23 DE LARGURA.



DESCRIÇÃO DO ITEM 36 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 474390 Caneta Hidrográfica
Material: Resina Termoplástica , Material Ponta: Poliéster , Espessura Escrita: Fina , Cor
Carga: Variada Tipo: MATERIAL

LEIA O ITEM 36 – CÓDIGO 474390 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
36	PACOTE	500	CANETA HIDROGRÁFICA PARA COLORIR; SECAGEM RÁPIDA; LEVE E MACIA; TINTA LAVÁVEL, EMBALAGEM; 12 CORES.

DESCRIÇÃO DO ITEM 37 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 379293 Cola Composição:
Acetato De Polivinila, Água E Álcool Polivinílico , Cor: Branca , Aplicação: Papel ,
Características Adicionais: Aditivos, Lavável, Atóxico, Baixo Teor Sólidos , Tipo: Líquido.
Tipo: MATERIAL.

LEIA O ITEM 37 – CÓDIGO 379293 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
37	UNIDADE	700	COLA BRANCA 90 GRS.

DESCRIÇÃO DO ITEM 38 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 317713 Tesoura Material: Aço
Inoxidável , Material Cabo: Propileno , Comprimento: 5 POL, Características Adicionais:
Cor Preta/Extra Corte/Use Escolar Tipo: MATERIAL.

LEIA O ITEM 38 – CÓDIGO 317713 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
38	UNIDADE	700	TESOURA ESCOLAR SEM PONTA (PONTA ARREDONDADA): CABO PLÁSTICO, LÂMINA DE AÇO INOXIDÁVEL, CORES DIVERSAS.

DESCRIÇÃO DO ITEM 39 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 413306 Caderno Material:
Papel Off-Set 63g/M2, Branco , Material Capa: Papel Cartão Duplex 250 G/M2 , Quantidade
Folhas: 48 FL, Comprimento: 200 MM, Largura: 140 MM, Características Adicionais:
Desenho, Espiral, Arame Galvanizado. Tipo: MATERIAL.

LEIA O ITEM 39 – CÓDIGO 413306 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
39	UNIDADE	700	CADERNO DE DESENHO GRANDE SPIRAL 48 FLS 140X200MM.

DESCRIÇÃO DO ITEM 40 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 480954 Jogo / Brinquedo
Pedagógico Tipo: Caixa Motessori Aprendendo Matemática , Material: Madeira ,
Quantidade: 72 Peças , Características Adicionais: 1 Caixa, 48 Varinhas, 24 Blocos De
Números E Símbolo , Cor: Multicolor , Aplicação: Jogo De Colocação De Peças. Tipo:
MATERIAL.

LEIA O ITEM 40 – CÓDIGO 480954 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
------	----	------	----------------------



40	UNIDADE	4	JOGOS DE TABUADA COM AS QUATRO OPERAÇÕES (operações matemáticas). Contém: 50 peças, acondicionadas em caixa tipo estojo. Dimensão do produto: 26 x 4.5 x 17 cm. Material: Madeira.
----	---------	---	--

DESCRIÇÃO DO ITEM 41 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 601359 Jogo / Brinquedo Pedagógico Tipo: Jogo De Memória/Cachola , Material: Mdf , Quantidade: 47 Peças , Características Adicionais: 1 Dado De Cores Em Madeira, 6 Caixas Com Cores Dis. Tipo: MATERIAL.

LEIA O ITEM 41 – CÓDIGO 601359 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
41	UNIDADE	4	Jogo da Memória numerais e Quantidades 40 Peças Confeccionado em MDF 20 pares totalizando 40 peças de 5 x 5 cm cada Serigrafadas em policromia ultravioleta atóxica Embalagem: caixa de madeira com tampa serigrafada

DESCRIÇÃO DO ITEM 42 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 462529 Material Pedagógico Tipo: Alfabeto Móvel E Sílabas , Material: Mdf , Dimensões: 50 X 100 X 3 MM, Quantidade Peças: 149 U Tipo: MATERIAL.

LEIA O ITEM 42 – CÓDIGO 462529 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
42	UNIDADE	4	JOGO SOLETRANDO EM MDF (SÍLABAS SIMPLES E COMPLEXAS).

DESCRIÇÃO DO ITEM 43 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 611921 Jogo / Brinquedo Pedagógico Tipo: Quebra-Cabeça , Material: Mdf , Quantidade: 20 Peças , Cor: Multicolor , Aplicação: Jogos Pedagógicos. Tipo: MATERIAL.

LEIA O ITEM 43 – CÓDIGO 611921 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
43	UNIDADE	4	QUEBRA CABEÇA EM MDF.

DESCRIÇÃO DO ITEM 44 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 601359 Jogo / Brinquedo Pedagógico Tipo: Jogo De Memória/Cachola , Material: Mdf , Quantidade: 47 Peças , Características Adicionais: 1 Dado De Cores Em Madeira, 6 Caixas Com Cores Dis. Tipo: MATERIAL.

LEIA O ITEM 44 – CÓDIGO 601359 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
44	UNIDADE	2	JOGO DA MEMÓRIA DE ANIMAIS. JOGO DE MEMÓRIA EDUCATIVO ANIMAIS, COMPOSTO POR 40 PEÇAS EM MDF COM FIGURAS “VIVAS E COLORIDAS” DOS ANIMAIS, VISANDO QUE A CRIANÇA ASSOCIE OS “PARES” UM AO OUTRO NUM PROCESSO LÚDICO DE APRENDIZAGEM. ACONDICIONADOS EM CAIXA DE MADEIRA MEDINDO 22X12X4CM.



DESCRIÇÃO DO ITEM 45 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 480946 Jogo / Brinquedo Pedagógico Tipo: Tangram , Material: Mdf , Quantidade: 07 Peças , Características Adicionais: 10 Conjuntos De 7 Peças , Aplicação: Jogo De Colocação De Peças Tipo: MATERIAL.

LEIA O ITEM 45 – CÓDIGO 480946 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
45	UNIDADE	2	Tangram. Jogo Educativo. Multicolorido,

DESCRIÇÃO DO ITEM 46 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 617651 Jogo / Brinquedo Pedagógico Tipo: Kit Torre De Equilíbrio , Material: Madeira , Cor: Multicolor , Aplicação: Construir Figuras Geométricas , Outros Componentes: 20 Bonecos. Tipo: MATERIAL.

LEIA O ITEM 46 – CÓDIGO 617651 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
46	UNIDADE	2	TORRE INTELIGENTE COMPOSTO DE 63 PEÇAS DE MADEIRA, SENDO: 18 PLACAS COM PONTOS COLORIDOS + 45 PEÇAS DE MADEIRA COLORIDA. ACONDICIONADO EM CAIXA DE MADEIRA MEDINDO 26X21X6CM.

DESCRIÇÃO DO ITEM 47 NO COMPRAS.GOV: CÓDIGO: 618702 Jogo / Brinquedo Pedagógico Tipo: Blocos De Encaixe , Material: Mdf , Quantidade: 200 Peças , Características Adicionais: Brinquedo Pedagógico Brincado De Engenheiro , Cor: Multicolor , Aplicação: Construir Castelinho/Predios , Outros Componentes: Embalagem De Com Alça E Ziper. Tipo: MATERIAL.

LEIA O ITEM 47 – CÓDIGO 618702 ASSIM:

ITEM	UN	QTDE	DESCRIÇÃO DO PRODUTO
47	UNIDADE	2	BLOCO MONTA TUDO 1000 PEÇAS.

4 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E DO OBJETO

- 4.1. Os kits deverão ser embalados individualmente em saco plástico transparente e posteriormente acondicionados em caixas de papelão resistente ao transporte e armazenagem, nas quais deverão constar (no saco plástico e na caixa de papelão) etiqueta informativa com o número do lote, do item/kit, se é masculino ou feminino (no caso dos uniformes), os tamanhos e respectivas quantidades, bem como a qual unidade escolar se destinam.
- 4.2. Não será utilizado catálogo eletrônico de padronização, uma vez que os materiais adquiridos são de natureza comum, com especificações amplamente conhecidas no mercado, não havendo a necessidade de estabelecer padrões específicos.
- 4.3. Por não se tratar de serviço de natureza continuada e aquisição conforme demanda da Secretária de Educação. Dessa forma, a duração inicial do contrato será de 7 (sete) meses, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.
- 4.4. Em relação à sustentabilidade, serão priorizados os critérios e práticas sustentáveis preconizados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União,



tais como a aquisição de produtos com maior eficiência energética e menor impacto ambiental, além de incentivar a participação de micro e pequenas empresas locais.

- 4.5. Não haverá necessidade de transição contratual com transferência de conhecimento, visto que se trata de contratação recorrente de materiais de natureza comum, com fornecedores amplamente conhecidos no mercado.
- 4.6. Os materiais a serem entregues deverão ser os autorizados e relacionados nesta licitação, sob pena de não recebimento dos que forem substituídos;
- 4.7. O licitante vencedor deverá ter em seu estoque os itens ganhos em quantidade suficiente para que a entrega seja feita de imediato de acordo com as solicitações, dentro do prazo exigido;
- 4.8. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela qualidade dos produtos fornecidos, visando resguardar a segurança e qualidade dos serviços prestados às crianças atendidas pela rede pública municipal;
- 4.9. Os recursos serão custeados com recursos oriundos em virtude ao Convênio 155/2023 celebrando entre a Secretaria de Estado da Educação e o município de Santa Rita do Araguaia, referente a Emenda Parlamentar Impositiva no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), sob o nº 1623, processo nº 202300006005170, somente no caso de finalização dos recursos estaduais, a Prefeitura Municipal entrará com sua contrapartida, conforme estabelecido no plano de trabalho apresentado.

5 – DA DOCUMENTAÇÃO

5.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- 5.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 5.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 5.1.3. No caso de sociedade empresarial: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 5.1.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser a participante sucursal, filial ou agência;
- 5.1.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 5.1.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 5.1.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 5.1.8. Documentos Pessoais (RG e CPF) do representante legal;
- 5.1.9. Procuração válida do representante legal, se for o caso;



5.1.10. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

5.2. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

5.2.1. CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso, expedido no máximo de 30 (trinta) dias;

5.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (certidão conjunta), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

5.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

5.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, (<http://www.tst.jus.br/certidao>);

5.2.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa junto aos Estado em que o licitante é domiciliado.

5.2.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, da sede da licitante;

5.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

5.3.1. Certidão de Falência ou Recuperação Judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou de execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do domicílio da pessoa física, datado dos últimos 90 (noventa) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. Admite-se a participação de empresas em recuperação judicial, desde que amparadas em certidão emitida pela instância judicial competente afirmando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de processo de licitação (Acórdão 1201/2020 – TCU Plenário) ”.

5.4. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

5.4.1. A qualificação técnica será verificada pela compatibilidade do objeto social do licitante com o objeto deste edital.

5.4.2. Atestado (s) de qualificação técnica pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação, emitidos por órgãos públicos ou entes privados de reconhecida idoneidade

6 – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

6.1. Nos termos do art. 117, da Lei n.º 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº



14.133, de 2021.

- 6.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execu o do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário   regulariza o das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos   autoridade competente para as providências cabíveis.
- 6.4.** Da entrega e critério de aceita o do objeto:
- 6.4.1.** O prazo de entrega dos objetos será de no máximo 15 (quinze) dias, após o envio da Ordem de Fornecimento.
- 6.4.2.** Os objetos serão disponibilizados assim que o órgão estiver com o contrato empenhado e emitido a ordem de fornecimento e enviado para o fornecedor.
- 6.4.3.** Os objetos serão recebidos provisoriamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, ao responsável pelo acompanhamento e fiscaliza o do Contrato, para efeito posterior de verifica o de sua conformidade com as especifica es, constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.4.4.** Os objetos serão disponibilizados no decorrer do ano vigente.
- 6.4.5.** Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em descordo com as especifica es constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos em no máximo 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notifica o da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplica o das penalidades.
- 6.4.6.** Na hipótese de a verifica o a que se refere o subitem anterior não se procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-há como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.4.7.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execu o do contrato.
- 6.4.8.** Após a formula o do contrato o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termino do art.107 da Lei 14.133/2021.
- 6.4.9.** Os objetos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contatos do recebimento provisórios, após a verifica o de qualidade e quantidade do material e consequente aceita o mediante termo circunstanciado.
- 6.4.10.** Os produtos deverão ser entregues até 30 (trinta) dias, a partir da entrega da ordem de fornecimento nos seguintes locais:

1 – Secretária Municipal de Educa o

Endereço: Avenida Santa Rita, s/n, bairro Vila Nova, Santa Rita do Araguaia – GO, CEP: 75.840-000. Horário de Recebimento: 08:00 hs as 11:00 hs e das 13:30 hs as 17:00 hs.

7 – PRAZO PARA EXECU O

- 7.1.** O prazo para entrega dos produtos terá início a partir da assinatura do contrato por ambas as partes, **até 31 de dezembro de 2024**, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da lei n  14133/2021

8 – EXECU O DO CONTRATO

- 8.1.** Após a homologa o da licita o, em sendo realizada a contrata o, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.



- 8.2.** O adjudicatário terá o prazo de 05 (CINCO) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 8.2.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceite no prazo de 05 (CINCO) dias, a contar da data de seu recebimento.
- 8.2.2.** É permitida a identificação e assinatura digital por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil).
- 8.2.3.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.
- 8.2.4.** A recusa injustificada do licitante vencedor em celebrar o contrato no prazo ou nas condições estabelecidas no edital caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida no certame licitatório, sujeitando-o às penalidades legais e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.
- 8.2.5.** Transcorrido o prazo citado neste artigo sem a assinatura do contrato pelo primeiro colocado ou quando, no ato da assinatura, o vencedor não apresentar as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação, poderá a Administração, respeitada a ordem de classificação, convocar os licitantes remanescentes para assinar o instrumento contratual ou aquele que vier a substituí-lo, desde que este aceite manter a proposta e as condições do primeiro convocado.
- 8.3.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
- 8.3.1.** Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições do art. 95 da Lei n.º 14.133, de 2021;
- 8.3.2.** A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;
- 8.3.3.** A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no art. 137, nas formas previstas em seu art. 138, tendo os seus efeitos, quando unilateral, estipulados no art. 139, todos da Lei 14.133, de 2021.
- 8.4.** O prazo de vigência da contratação se encerra no final do exercício financeiro da assinatura do mesmo e poderá ser prorrogado conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.
- 8.5.** Por ocasião da assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 8.6.** Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.



- 8.7.** Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.
- 8.8.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.
- 8.9.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitarem a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
- 8.9.1.** Convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
- 8.9.2.** Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
- 8.10.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante, quando for o caso.
- 8.11.** A regra do item anterior não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma do item 8.9.
- 8.12.** Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

9 – RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1.** A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita e perfeita execução do objeto.
- 9.1.1.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos.
- 9.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.1.3.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 9.1.4.** Comunicar, imediatamente após tomarem conhecimento, à Contratante os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.1.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.6.** Indicar preposto para representa-la durante a execução do contrato.
- 9.1.7.** A emissão da nota fiscal, deverá conter todas as informações provenientes da ordem de fornecimento/serviço, com o nome do órgão emissor e CNPJ.



- 9.1.8.** A contratada deverá emitir a nota fiscal com dados da conta bancária na qual o pagamento deverá ser executado, acompanhado com as respectivas Certidões Negativas: Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista;
- 9.1.9.** Os produtos deverão ser entregues conforme item 6.4.10, devidamente **ACOMPANHADO DO FISCAL DE CONTRATO** designado para fiscalização do contrato.
- 9.1.10.** Comunicar a Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.1.11.** Sujeitar-se a mais ampla e restrita fiscalização por parte do servidor do contratante encarregado de acompanhar a execução do contrato, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo as reclamações formuladas, na hipótese de adoção da sugestão constante do subitem 9.2. supra, acrescente a seus editais cláusula prevendo a necessidade de a empresa participante do certame, demonstrar, por meio de laudo expedido por laboratório ou instituto idôneo, o desempenho, qualidade e produtividade compatível com o produto similar ou equivalente a marca referência mencionada no edital. (ACORDÃO TCU 2300/2007, CLAUSULA 9.2.3).

10 – RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 10.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 10.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 10.3.** Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 10.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 10.5.** Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 10.6.** Responder, no prazo de 15 (quinze) dias os pedidos de repactuação de preços e restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.
- 10.7.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11 – DO PAGAMENTO

- 11.1.** O pagamento será realizado conforme serviços prestados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.
- 11.2.** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.



- 11.3.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 11.4.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 11.5.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 11.6.** Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 11.7.** Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado, a critério da contratante.
- 11.8.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 11.9.** Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 11.10.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.
- 11.10.1.** Será rescindida a ata de registro de preço/contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 11.11.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 11.12.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, que será calculada pro rata die sobre INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.
- 11.13.** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à



apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX) I = (6 / 100) I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6% 365

11.15. Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências administrativas com fito de realizar o pagamento.

11.16. Antes de cada pagamento à contratada, deverá verificar a regularidade fiscal da contratada.

12 – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133, de 2021, o licitante/adjudicatário que:

I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - Dar causa à inexecução total do contrato;

IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I. Advertência;

II. Multa;

III. Impedimento de licitar e contratar;

IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Paragrafo Único. A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

12.2.1. Sanção de advertência será aplicável nas hipóteses de inexecução parcial do contrato que não implique em prejuízo ou dano à administração, bem como na hipótese de



descumprimento de pequena relevância praticado pelo licitante ou fornecedor e que não justifique imposição de penalidade mais grave.

- 12.2.2.** O atraso injustificado ou retardamento na entrega do objeto deste certame sujeitará a contratada, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor, tem como base o valor total da solicitação/ordem de fornecimento, podendo ser ela aplicada isoladamente ou cumulativamente com outras penalidades.
- 12.2.3.** Após 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso na entrega do objeto será considerado inexecução, total quando for a primeira entrega ou parcial a partir da segunda entrega.
- 12.2.4.** Nos casos de cometimento das infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 12.1, será aplicada multa de 10% sobre o valor de referência do item/lote.
- 12.2.5.** Nos casos de cometimento das infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 12.1, será aplicada multa de 15% sobre o valor de referência do item/lote.
- 12.2.6.** Será aplicada sanção de impedimento de licitar e contratar pelo prazo máximo de 3 (três) anos, na hipótese de cometimento das infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 12.1.
- 12.2.7.** Será aplicada sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, na hipótese de cometimento das infrações previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 12.1.
- 12.2.8.** A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município de Santa Rita do Araguaia e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com as multas previstas.
- 12.2.9.** Em caso de reincidência, a multa poderá ser aplicada em dobro, respeitando o limite máximo de 30% (trinta por cento).
- 12.2.10.** As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 12.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II mesmo item.
- 12.2.11.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando for o caso, ou será cobrada judicialmente.
- 12.2.12.** A aplicação das sanções previstas neste Edital artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 12.2.13.** As sanções serão processadas de acordo com a Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 065/2024.

13 – ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 13.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município para o ano de 2024.

AÇÃO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	03.06.12.365.1214.2.018.3.3.90.39
MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL	03.06.12.365.1214.2.018.3.3.90.30



13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante Apostilamento.

14 – DISPOSIÇÕES GERAIS

- 14.1.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 065/2024.
- 14.2.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelo curto prazo da contratação e pelas suas características.
- 14.3.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;
- 14.4.** Para dirimir as questões relativas ao presente Edital, elege-se como foro competente o de Mineiros - Estado de Goiás, com exclusão de qualquer outro.

Santa Rita do Araguaia, 19 de fevereiro de 2024.

Walma Vieira Maia de Oliveira
Secretária Municipal de Educação



ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº
PREGÃO ELETRONICO Nº ___/2024

NOME DA EMPRESA:
ENDEREÇO:
CNPJ/MF:
INSCRIÇÃO ESTADUAL/MUNICIPAL:
PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	MARCA	UND	VALOR UNITÁRIO
1					R\$

1. O prazo de validade da proposta de preços não será inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data do envio da proposta atualizada em conformidade com o último lance ofertado no Sistema Eletrônico.

2. Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no Termo de Referência.

3. Declaramos que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, licenciamento ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária.

4. Caso nos seja adjudicado o objeto da Licitação, comprometemos a assinar o Contrato/entregar o objeto, no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: _____ CNPJ/MF: _____
Endereço: _____ Tel./Fax: _____ CEP: _____
Cidade: _____ UF: _____
Banco: _____ Agência: _____ C/C: _____

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome: _____ Endereço: _____ CEP: _____
Cidade: _____ UF: _____ CPF: _____ Cargo/Função: _____
RG nº: _____ Expedido por: _____ Naturalidade: _____ Nacionalidade: _____.

Santa Rita do Araguaia, Estado de Goiás, aos ___ do mês de _____ do ano de 2024.

Representante Legal (com carimbo da empresa)



ANEXO III
DECLARAÇÕES UNIFICADAS PARA PESSOA JURIDICA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº
PREGÃO ELETRONICO Nº ___/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, MATERIAIS DE EXPEDIENTE E PEDAGÓGICOS

A empresa (**Nome da Empresa**), inscrita no CNPJ/MF Nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada na Rua **Nome da Rua**, nº ____, bairro ____, CEP: XX.XXX-XXX, no Município de _____, Estado de _____, nesse ato representado por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão Eletrônico em epígrafe, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- 1) Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e em seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no referido documento, para todos os efeitos legais, sob pena de aplicação das sanções cabíveis;
- 2) Cumpre com as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 3) As propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas;
- 4) Não possui em seu quadro de pessoal e societário, servidor público do Poder Executivo Municipal exercendo funções de gerência ou administração, ou servidor do Órgão/Entidade contratante em qualquer função, nos termos do art. 9º, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021;
- 5) Não há sanções vigentes que legalmente proíbam a participante de licitar e/ou contratar com o Órgão/Entidade contratante;
- 6) Não possui em seu quadro de pessoal empregados (s) com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e inciso VI, artigo 68 da Lei nº 14.133/2021;
- 7) Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art.1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

_____, _____ de _____ de 2024.

NOME DA EMPRESA
CNPJ/MF
DECLARANTE



ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA ME/EPP

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº
PREGÃO ELETRONICO Nº ___/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES, MATERIAIS DE EXPEDIENTE E PEDAGÓGICOS

A empresa (**Nome da Empresa**), inscrita no CNPJ/MF Nº XX.XXX.XXX/XXXX-XX, sediada na Rua **Nome da Rua**, nº ____, bairro ____, CEP: XX.XXX-XXX, no Município de _____, Estado de _____, nesse ato representado por seu representante legal abaixo assinado, em cumprimento ao solicitado no Edital de Pregão Eletrônico em epígrafe, DECLARA, sob as penas da lei, que:

- a) Ser ME, EPP ou MEI;
- b) Que não se encontra em nenhuma das situações previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e, nos termos do art. 28 da Lei Complementar Estadual nº 605/2018, está apto a usufruir do tratamento estabelecido nos artigos 43 da Lei Complementar Federal nº 123/2006;
- c) Que no ano-calendário de realização deste credenciamento, os valores somados dos contratos celebrados com a Administração Pública não extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do art. 4º, § 2º da Lei nº 14.133/2021;

_____, _____ de _____ de 2024.

NOME DO DECLARANTE
CNPJ/MF
DECLARANTE



ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE MATERIAIS N° _____/2024.

*CONTRATO DE FORNECIMENTO DE
MATERIAIS QUE FAZEM ENTRE SI O
FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE
SANTA RITA DO ARAGUAIA GO E A
EMPRESA*

O FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA RITA DO ARAGUAIA - GO, pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ sob o n.º 45.230.907/0001-85**, com sede na Avenida Santa Rita n.º 1500, Vila Nova, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, **WALMA VIEIRA MAIA DE OLIVEIRA**, brasileira, casada, portador da Cédula de identidade n.º 916262 SSP/MT inscrita no CPF/MF sob o n.º 592.680.341-15, residente e domiciliado neste município de Santa Rita do Araguaia – GO, neste ato designado simplesmente **CONTRATANTE** de um lado e do outro, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n.º _____, com sede na _____, CEP _____, representada neste ato pelo(a) _____ neste ato denominada simplesmente **CONTRATADA**, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n.º ____/2024. e em observância às disposições da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. ____/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato refere-se à contratação de empresa para Aquisição de Uniformes Escolares, Materiais de Expediente e Pedagógicos, conforme Termo de Referência anexo, em virtude ao Convênio 155/2023 celebrando entre a Secretaria de Estado da Educação e o município de Santa Rita do Araguaia, referente a Emenda Parlamentar Impositiva sob o n.º 1623, processo n.º 202300006005170. A aquisição se dará em conformidade com os termos da Lei 14.133/2021.

DEPARTAMENTO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						
ÍTEM	PRODUTO	UN	MARCA	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;



- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo para entrega dos produtos terá início a partir da assinatura do contrato por ambas as partes, até **31 de dezembro de 2024**, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da lei nº 14133/2021

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS.

- 3.1. Os kits deverão ser embalados individualmente em saco plástico transparente e posteriormente acondicionados em caixas de papelão resistente ao transporte e armazenagem, nas quais deverão constar (no saco plástico e na caixa de papelão) etiqueta informativa com o número do lote, do item/kit, se é masculino ou feminino (no caso dos uniformes), os tamanhos e respectivas quantidades, bem como a qual unidade escolar se destinam.
- 3.2. Não será utilizado catálogo eletrônico de padronização, uma vez que os materiais adquiridos são de natureza comum, com especificações amplamente conhecidas no mercado, não havendo a necessidade de estabelecer padrões específicos.
- 3.3. Por não se tratar de serviço de natureza continuada e aquisição conforme demanda da Secretária de Educação. Dessa forma, a duração inicial do contrato será de 7 (sete) meses, podendo ser prorrogado nos termos da legislação vigente.
- 3.4. Em relação à sustentabilidade, serão priorizados os critérios e práticas sustentáveis preconizados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, tais como a aquisição de produtos com maior eficiência energética e menor impacto ambiental, além de incentivar a participação de micro e pequenas empresas locais.
- 3.5. Não haverá necessidade de transição contratual com transferência de conhecimento, visto que se trata de contratação recorrente de materiais de natureza comum, com fornecedores amplamente conhecidos no mercado.
- 3.6. Os materiais a serem entregues deverão ser os autorizados e relacionados nesta licitação, sob pena de não recebimento dos que forem substituídos;
- 3.7. O licitante vencedor deverá ter em seu estoque os itens ganhos em quantidade suficiente para que a entrega seja feita de imediato de acordo com as solicitações, dentro do prazo exigido;
- 3.8. A CONTRATADA responsabilizar-se-á pela qualidade dos produtos fornecidos, visando resguardar a segurança e qualidade dos serviços prestados às crianças atendidas pela rede pública municipal;
- 3.9. Os recursos serão custeados com recursos oriundos em virtude ao Convênio 155/2023 celebrando entre a Secretaria de Estado da Educação e o município de Santa Rita do Araguaia, referente a Emenda Parlamentar Impositiva no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais),



sob o nº 1623, processo nº 202300006005170, somente no caso de finalização dos recursos estaduais, a Prefeitura Municipal entrará com sua contrapartida, conforme estabelecido no plano de trabalho apresentado.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA à importância de R\$ _____ (_____), conforme Ordem de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras do Município.

5.2. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE à CONTRATADA mediante depósito na conta corrente n.º (), Agência n.º (), Banco (), indicada pela CONTRATADA, de acordo com o especificado neste Instrumento Contratual e no Edital de Pregão Eletrônico ____/2024.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O pagamento será realizado conforme serviços prestados no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

6.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

6.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133, de 2021.

6.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

6.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá verificar a regularidade fiscal para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.



- 6.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado, a critério da contratante.
- 6.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 6.9. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 6.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.
- 6.10.1. Será rescindida a ata de registro de preço/contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 6.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 6.12. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, que será calculada pro rata die sobre INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor.
- 6.13. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 6.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;



N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6 / 100) I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6% 365

6.15. Constatando-se, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências administrativas com fito de realizar o pagamento.

6.16. Antes de cada pagamento à contratada, deverá verificar a regularidade fiscal da contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTAMENTO, REACTUAÇÃO E REVISÃO E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

7.1. As regras acerca do reajustamento, reactuação e revisão em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Decreto Municipal 065/2024 Arts. 265 a 288.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

8.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

8.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.6. Responder, no prazo de 15 (quinze) dias os pedidos de reactuação de preços e restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro.

8.7. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita e perfeita execução do objeto.



- 9.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos.
- 9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 9.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 9.5. Comunicar, imediatamente após tomarem conhecimento, à Contratante os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.6. Manter, durante toda a execução do contrato, a compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.7. Indicar preposto para representa-la durante a execução do contrato.
- 9.8. A emissão da nota fiscal, deverá conter todas as informações provenientes da ordem de fornecimento/serviço, com o nome do órgão emissor e CNPJ.
- 9.9. A contratada deverá emitir a nota fiscal com dados da conta bancária na qual o pagamento deverá ser executado, acompanhado com as respectivas Certidões Negativas: Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhista;
- 9.10. Os produtos deverão ser entregues conforme item 16.10, devidamente ACOMPANHADO DO FISCAL DE CONTRATO designado para fiscalização do contrato.
- 9.11. Comunicar a Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.12. Sujeitar-se a mais ampla e restrita fiscalização por parte do servidor do contratante encarregado de acompanhar a execução do contrato, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo as reclamações formuladas, na hipótese de adoção da sugestão constante do subitem 9.2. supra, acrescente a seus editais cláusula prevendo a necessidade de a empresa participante do certame, demonstrar, por meio de laudo expedido por laboratório ou instituto idôneo, o desempenho, qualidade e produtividade compatível com o produto similar ou equivalente a marca referência mencionada no edital. (ACORDÃO TCU 2300/2007, CLAUSULA 9.2.3).

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o



licitante/adjudicatário que:

- I - Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - Dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. Advertência;
- II. Multa;
- III. Impedimento de licitar e contratar;
- IV. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Parágrafo Único. A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.2.1. Sanção de advertência será aplicável nas hipóteses de inexecução parcial do contrato que não implique em prejuízo ou dano à administração, bem como na hipótese de descumprimento de pequena relevância praticado pelo licitante ou fornecedor e que não justifique imposição de penalidade mais grave.

11.2.2. O atraso injustificado ou retardamento na entrega do objeto deste certame sujeitará a contratada, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor, tem como base o valor total da solicitação/ordem de fornecimento, podendo ser ela aplicada isoladamente ou cumulativamente com outras penalidades.

11.2.3. Após 21º (vigésimo primeiro) dia de atraso na entrega do objeto será considerado inexecução, total quando for a primeira entrega ou parcial a partir da segunda entrega.

11.2.4. Nos casos de cometimento das infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V,



VI e VII do item 11.1, será aplicada multa de 10% sobre o valor de referência do item/lote.

11.2.5. Nos casos de cometimento das infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 11.1, será aplicada multa de 15% sobre o valor de referência do item/lote.

11.2.6. Será aplicada sanção de impedimento de licitar e contratar pelo prazo máximo de 3 (três) anos, na hipótese de cometimento das infrações previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do item 11.1.

11.2.7. Será aplicada sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, na hipótese de cometimento das infrações previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do item 11.1.

11.2.8. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município de Santa Rita do Araguaia e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com as multas previstas.

11.2.9. Em caso de reincidência, a multa poderá ser aplicada em dobro, respeitando o limite máximo de 30% (trinta por cento).

11.2.10. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 12.2 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II mesmo item.

11.2.11. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando for o caso, ou será cobrada judicialmente.

11.2.12. A aplicação das sanções previstas neste Edital artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

11.2.13. As sanções serão processadas de acordo com a Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 065/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referido no item anterior decorrer de culpa do contratado:

12.4. Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas



em lei para a continuidade da execução contratual.

12.5. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.6. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.6.3. Indenizações e multas.

12.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município para o ano de 2024.

AÇÃO	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	FICHA
XXXXX	XXXXXX	XXX

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.



15.1. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma do art. 125 da Lei nº 14.133 de 2021.

15.1. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

16.1. O prazo de entrega dos objetos será de no máximo 30 (trinta) dias, após o envio da Ordem de Fornecimento.

16.2. Os objetos serão disponibilizados assim que o órgão estiver com o contrato empenhado e emitido a ordem de fornecimento e enviado para o fornecedor.

16.3. Os objetos serão recebidos provisoriamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, ao responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, para efeito posterior de verificação de sua conformidade com as especificações, constantes neste Termo de Referência e na proposta.

16.4. Os objetos serão disponibilizados no decorrer do ano vigente.

16.5. Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos em no máximo 48 (quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

16.6. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não se procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-há como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

16.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

16.8. Após a formulação do contrato o prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando seu objeto não for concluído no período firmado no contrato, nos termos do art.107 da Lei 14.133/2021.

16.9. Os objetos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisórios, após a verificação de qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

16.9.1. Os produtos deverão ser entregues até 30 (trinta) dias, a partir da entrega da ordem de fornecimento nos seguintes locais:

16.9.2.

1 – Secretária Municipal de Educação



Endereço: Avenida Santa Rita, s/n, bairro Vila Nova, Santa Rita do Araguaia – GO, CEP: 75.840-000. Horário de Recebimento: 08:00 hs as 11:00 hs e das 13:30 hs as 17:00 hs.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

14.1. O presente instrumento de contrato será publicado em extrato, no *placard* da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Araguaia, bem como no Diário Oficial dos Municípios no site da Agência Goiana dos Municípios - AGM no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Mineiros - GO para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Santa Rita do Araguaia- GO, aos ____ dias do mês de _____ de 2024.

NOME DO GESTOR
ORGAO SOLICITANTE
CONTRATANTE

NOME EMPRESA CONTRATADA
CNPJ N°
CONTRATADA

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF: